

Sumário

1. Introdução à Arbitragem	1
1.1. Da boa-fé objetiva, questão primordial.....	2
1.2. Do controle jurisdicional, medida necessária em alguns casos	5
2. História, Natureza Jurídica e Conceito de Arbitragem	7
2.1. Evolução histórica da arbitragem	7
2.2. Conceito de arbitragem.....	18
2.3. Natureza jurídica da arbitragem.....	21
3. A Escolha pela Arbitragem	29
3.1. A escolha entre a arbitragem e a justiça estatal.....	29
3.2. Tradicionais vantagens de recorrer à arbitragem.....	30
3.2.1. Agilidade na obtenção de uma sentença arbitral.....	31
3.2.2. Confidencialidade.....	35
3.2.3. Neutralidade	40
3.2.4. Solução de um especialista	42
3.2.5. Caráter definitivo das sentenças arbitrais e executoriedade internacional simplificada	44
3.3. Tradicionais desvantagens da arbitragem	47
3.3.1. O custo, em algumas situações.....	47
3.3.2. Dificuldade na intervenção de terceiros	53
3.3.3. Carência de jurisprudência	55

3.4. Acesso à justiça e outros métodos de solução de conflitos.....	57
3.4.1. Acesso à justiça	57
3.4.2. Outros métodos de solução de conflitos.....	61
4. Arbitrabilidade.....	67
4.1. Critério subjetivo: as pessoas que podem se submeter à arbitragem	69
4.1.1. Autonomia da vontade e arbitrabilidade.....	71
4.2. Critério objetivo: as matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	74
4.3. Arbitrabilidade e a Administração Pública	77
5. A Escolha pela Arbitragem Institucional e Arbitragem <i>Ad Hoc</i>	85
5.1. Arbitragem institucional.....	86
5.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	90
5.3. Arbitragem <i>ad hoc</i> ou arbitragem institucional?.....	94
6. Convenção de Arbitragem.....	97
6.1. Cláusula compromissória	100
6.1.1. Cláusula compromissória cheia.....	106
6.1.2. Cláusula compromissória vazia	108
6.1.3. Cláusula compromissória patológica	109
6.1.4. Cláusula escalonada.....	112
6.1.5. Extensão da cláusula compromissória	114
6.1.6. Autonomia da convenção de arbitragem	121
6.2. Compromisso arbitral.....	125
6.3. Negociação da convenção de arbitragem	128

7. Árbitros	131
7.1. Breves considerações	131
7.2. Quem pode ser árbitro	132
7.3. Escolha do árbitro	136
7.4. Aceite do árbitro	140
7.5. Um árbitro jurista ou um árbitro técnico	146
7.6. Uma pessoa disponível	147
7.7. Proteção do árbitro	148
7.8. Responsabilidade criminal e civil do árbitro	150
7.9. Árbitro “ <i>amiable compositeur</i> ” - equidade	153
7.10. A aplicação de precedentes (<i>stare decisis</i>) pelo árbitro	155
7.11. Aplicação da <i>lex mercatoria</i>	158
8. Processo Arbitral	161
8.1. Considerações iniciais	161
8.2. Princípios do processo arbitral	163
8.3. Constituição do tribunal arbitral	168
8.4. Instituição da arbitragem	171
8.4.1. Exceções de impedimento e suspeição	173
8.4.2. Arguição de questões relativas à competência do(s) árbitro(s), nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem	176
8.4.3. Organização da arbitragem	178
8.4.4. Desenvolvimento da arbitragem	181

8.4.4.1. Produção de memoriais e peças processuais	182
8.4.4.2. Provas testemunhais, periciais e interrogatório das partes	183
8.4.4.3. Audiências	185
8.4.4.4. Revelia	187
8.4.5. Tutelas provisórias de urgência e da evidência	189
8.4.5.1. Tutelas provisórias de urgência na arbitragem	192
8.4.5.2. Tutela provisória da evidência na arbitragem	194
9. Sentença Arbitral	197
9.1. Definição e características da sentença arbitral	197
9.2. Sentença parcial	199
9.3. Prazo para proferimento da sentença arbitral final	202
9.4. Decisão colegiada	204
9.5. Requisitos da sentença arbitral	206
9.6. Custas e despesas com a arbitragem	211
9.7. Comunicação da sentença arbitral e pedido de esclarecimento	212
9.8. Cumprimento da sentença arbitral	217
9.8.1. Cumprimento espontâneo	218
9.8.2. Execução da sentença arbitral	220
9.8.2.1. Possibilidade de liquidação da sentença arbitral na esfera judicial	222
9.8.2.2. Da execução da sentença arbitral que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	226
9.8.2.3. Da execução de sentença arbitral que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	230

9.8.2.4. Da execução de sentença arbitral que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	231
9.8.2.4.1. Exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer.....	232
9.8.2.4.2. Exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	233
10. Nulidade da Sentença Arbitral.....	235
10.1. Considerações iniciais	235
10.2. Hipóteses de nulidade	238
10.3. Procedimento da ação anulatória (invalidação) de sentença arbitral....	252
10.4. Impugnação ao cumprimento da sentença	255
10.5. Prazo para propositura da ação	258
11. Sentença Arbitral Estrangeira.....	261
11.1. Distinção entre sentença arbitral nacional e estrangeira.....	261
11.2. Necessidade de homologação da sentença arbitral estrangeira.....	262
11.3. Procedimento para homologação da sentença arbitral estrangeira ...	264
11.4. Razões para denegação do pedido de homologação	269
12. Arbitragem no Âmbito do Decreto nº 10.025 de 2019 (setores Portuário e de Transportes Rodoviário, Ferroviário, Aquaviário e Aeroportuário)	285
12.1. Normas aplicáveis	286
12.2. Convergências e divergências entre a Lei de Arbitragem e o Decreto nº 10.025 de 2019	288
12.2.1. Princípios gerais tratados em ambas normativas	289
12.2.2. Inovações do Decreto nº 10.025 de 2019	290

13. Arbitragem nas Atividades de Transporte Marítimo de Mercadorias e Exploração Offshore de Petróleo.....	297
13.1. Transporte marítimo de mercadorias	297
13.2. Atividades de exploração <i>offshore</i> de hidrocarbonetos	306
14. Arbitragem nas Relações de Trabalho	311
15. Arbitragem nas Relações de Consumo e nos Contratos de Adesão ...	319
Bibliografia	327